

A ÉTICA APLICADA À QUESTÃO ECOLÓGICA E SOCIAL **OU A RESPONSABILIDADE PELA DEFESA DA CRIAÇÃO**

Pr. Ronan Boechat de Amorim

I – Introdução:

O campo de atuação da ecologia não é um “campo homogêneo e compacto de pensamento” (1) Este campo vai desde “o estudo do funcionamento dos sistemas naturais (florestas, oceanos, etc) procurando entender as leis que regem a dinâmica da vida da natureza” (2) até o “estudo de soluções para o sistema social como um todo, inclusive naqueles aspectos que aparentemente não dizem respeito ao problema da destruição ambiental” (3), propugnando por exemplo, “ampla mudança na economia, na cultura e na própria maneira de os homens se relacionarem entre si e com a natureza” (4).

Diante do exposto, vem a questão: existe relação entre a Missão de Deus de salvar o mundo, de implantar o seu Reino no mundo, e a questão da defesa do meio ambiente? Existe uma responsabilidade ecológica da Igreja?

Bem, se tomarmos o sentido amplo do Evangelho (Evangelho integral) veremos que sim. Pois a salvação de Deus não é apenas aquela que acontece depois da morte do ser humano, mas uma salvação que se inicia aqui e agora nesta vida. Hoje não há dúvidas sobre o desejo, o poder e o serviço contínuo de Deus pela salvação do homem. A grande questão é compreender a abrangência da salvação. Não queremos entrar aqui nesta discussão, mas apenas defender a compreensão que o Evangelho é a salvação não apenas da pessoa, mas também da natureza, de tudo que foi criado. A discussão também não se centra sobre a questão da soteriologia, mas do caráter ético que o evangelho e a salvação têm com respeito ao ser humano e tudo mais que foi criado.

II – Alargando nossa compreensão:

Sem entrarmos pormenorizadamente na construção da ideologia de supremacia do ser humano sobre o restante da criação, o que limitou o relacionamento do homem com a natureza basicamente à sua mera utilidade ou depósito de recursos naturais, podemos, no entanto, destacar algumas questões a respeito disto:

1) O que conhecemos hoje como meio ambiente ou natureza é algo extremamente complexo que se formou através de um processo evolutivo lento que começou na Terra há mais de 3 bilhões de anos. “Diante dos bilhões de anos de evolução da vida na Terra, a nossa espécie surgiu, enquanto

homosapiens, há não mais que 100 mil anos. Já a moderna sociedade industrial possui menos de 300 anos de existência” (5).

2) A ação do homem sobre o meio ambiente “é muito mais intenso do que aquele que seria determinado pelas meras necessidades físicas. Isso é o que diferencia qualitativamente a ação humana sobre o ambiente: ela é socialmente determinada” (6).

3) interpretações equivocadas e distorcidas de textos bíblicos feitas pelo suposto “ocidente cristão”, como por exemplo o “princípio da soberania” (Gn 1:28), justificaram e possibilitaram abusos e destruição da natureza. (7) Também faz parte a teologia que, diante da eternidade da alma humana contraposta com a vida fugaz do restante da criação, dizia (e continua dizendo ainda hoje) que o homem é a “coroa” (ápice) da criação de Deus, tornando o jardim (a natureza, o meio ambiente) apenas cenário para o desenvolvimento da história humana e da história salvífica de Deus.

4) da mesma maneira, a aparente ingenuidade (não-preocupação) de até certo tempo atrás de que a ação maléfica sobre o meio ambiente (desmatamento, poluição, lixo, etc...) não lhe causaria danos sérios, em vista dos recursos naturais serem inesgotáveis e que a própria natureza superaria o mal sofrido.

5) embora no mundo pré-revolução industrial houvesse também uma ação danosa sobre o meio ambiente como o desflorestamento e a poluição do ar com fundições e queima de carvão, “é com a revolução industrial, nos séculos XVIII e XIX, que estabelece uma economia industrializada e baseada numa tecnologia altamente consumidora de energia e matérias-primas” (8) , de modo que o capitalismo instalou um modelo onde produzir mais passa a ser uma necessidade inerente ao próprio sistema, tanto para assegurar a satisfação das necessidades humanas, quanto (e principalmente) para garantir o processo de acumulação de capital no interior de uma economia baseada no uso dos recursos naturais e na competição entre grandes empresas.

6) A falta total de consciência ecológica nas populações, inclusive no Brasil, onde desperdiça-se água, eletricidade, alimentos, materiais reutilizáveis, etc..., prática da queimada para limpar o terreno para pasto para o gado ou plantações, prática de se jogar lixo nos rios e rios, etc... Quando não se tem consciência crítica a percepção do mal é muito relativa.

Se olharmos atentamente vamos perceber que o pecado humano descrito em Gn 3 provoca no mundo a quebra da harmonia e da comunhão. Quebra-se a comunhão com Deus Criador, com o próximo, com a natureza e do ser humano com ele mesmo. Gn 3, podemos dizer, é um retrato do mundo onde as relações de harmonia foram quebradas. Usando esta concepção, Carlos Mesters (9), aponta algumas ambivalências ou contradições de nossa vida:

a) dominação da violência e da vingança (Gn 4:8; Gn 4:24);

- b) Dominação da magia e da superstição que gera corrupção generalizada (Gn 6:5);
- c) Dominação universal da divisão, confusão e dispersão (Gn 11:9; Gn 11:4);
- d) Ambivalência do amor humano, que passa a ser dominador (Gn 3:16);
- e) Ambivalência da própria vida (Gn 3:19);
- f) Ambivalência da terra que só produz espinhos e carrapichos (Gn 3:17-18);
- g) Ambivalência do trabalho que gera cansaço e rende pouco (Gn 3:17-19);
- h) Ambivalência dos animais, que passam a ameaçar o homem (Gn 3:15);
- i) Ambivalência da religião, que de alegria e esperança passa a ser medo e culpa, coisas opressivas (Gn 3:10).

Ainda segundo Carlos Mesters (10), olhando o capítulo 2 de Gênesis, poderemos ver qual era o projeto de Deus para o ser humano, seja o homem do passado, seja o de hoje:

- a) Relação de marido e mulher sem dominação, relacionamento entre as pessoas de paz e igualdade (Gn 2:18; Gn 3:23; Gn 2:24);
- b) A vida não morre, graças ao dom gratuito de Deus. Deus dá vida através da “árvore da vida” colocada a disposição do homem no meio do “jardim” (Gn 2:9; Gn 3:22);
- c) A terra é fértil, produtiva e irrigada (Gn 2:9-10);
- d) O trabalho não é motivo de opressão, faz parte da vida (Gn 2:15);
- e) Animais e homem vivem em harmonia, sem serem ameaças uns aos outros. (Gn 2:20).
- f) Deus e o homem são amigos. Convive com ele sem que sua presença gere medo (Gn 3:8-11).

Para Carlos Mesters o pecado humano não gerou apenas a contradição entre Deus e o ser humano, mas, como já dito, entre o ser humano e o meio ambiente, entre o ser humano e outro ser humano. A contradição passou a ser parte do meio ecológico, do meio social, dos valores, da cultura. O “oikos” (casa) foi desorganizado, gerando dominação e conseqüentemente conflitos e destruição. Mas, por outro lado, o Paraíso não é algo que apenas aconteceu no passado. É um desafio para nós hoje, deve ser nosso futuro. Ou seja, a vida boa e justa, com harmonia entre tudo que foi criado, não é apenas um idílio do passado, mas uma proposta para o futuro. Uma causa para o homem, uma causa para a Igreja.

III – A capacidade do ser humano para destruir

Basta um olhar a nossa volta que identificamos o poder destruidor do ser humano. Muros pichados, janelas depredadas, matas queimadas, água poluída, lixo pelas ruas...O homem criado a imagem e semelhança de Deus (Gn 1.26-27) recebe um ambiente (oikos - casa) para habitar e ser

feliz. A narrativa da criação revela uma harmonia entre todos os elementos da criação que deve ser preservada pelo trabalho do homem. É o pecado que introduz toda a desordem no meio ambiente. A exploração do homem provoca o abuso da natureza e sua devastação. O reflexo da desorganização das pessoas e dos conflitos geram a desordem entre as pessoas, afetando, assim, a própria natureza.^{1[1]}

O fator “desobediência”, ou seja, a quebra de regras quanto ao funcionamento do ecossistema pode gerar a morte. A morte enquanto rompimento da relação do ser humano com o seu Criador. Como consequência nasce uma hostilidade entre o ser humano e a natureza. Haveria inimizade entre a mulher, a serpente e suas descendências. A mulher teria dificuldades para conceber e dar à luz seus filhos. O homem, por su vez, teria dificuldades com a terra. A quebra das regras da própria subsistência é a revelação de que o ser humano continua a desenvolver suas capacidade para destruir. Uma das primeiras agressões à natureza após a desobediência foi a morte de Abel. Caim matou seu irmão, o chão teve que “abrir a sua boca” para receber o primeiro sangue derramado, o que para a Terra, foi uma espécie de poluição (Gn 4.11).^{2[2]}

Assim, o ser humano foi revelando sua capacidade de destruir ao romper sua relação com Deus e consigo mesmo. O homem destruiu sua própria personalidade com a desobediência. Ao matar Abel foi destruída a relação do homem para com o homem e , conseqüentemente, com a natureza. Ao romper sua relação com Deus o ser humano, numa tentativa de ser como Deus (Gn 3.5), o homem anula a soberania de Deus. Na busca pela autonomia “o homem se situa num lugar que não lhe pertence, e imediatamente o **homem devora a natureza**”. Ao constituir-se o centro do universo, e não parte dele, o homem ao fazer uso de sua natureza dominante explora as coisas criadas como se nada fossem em si mesmas e sobre elas tivesse autoridade absoluta.^{3[3]}

Esta relação de subjugar a natureza, como se ela fosse inferior, é que conduz à falha da ética ambiental. O princípio norteador desta ética é: “bom é tudo o que conserva e promove todos os seres, especialmente os vivos e, dentre os vivos, os mais fracos; mau é tudo o que prejudica, diminui e faz desaparecer os seres”. Ética significa a “ilimitada responsabilidade por tudo que existe e vive”.. Só o ser humano pode pesar os prós e os contras, entender a posição do outro, assumir o lugar dele e entender os seus legítimos interesses; só ele pode sacrificar-se por amor ao outro, só ele pode inclinar-se como o sobre o mais fraco, defendê-lo oferecer-lhe o ombro, mesmo

^{1[1]} Kirchner, L. Ecologia à luz da Bíblia e da Moral. p.50-53; 124-125.

^{2[2]} Ferreira, D. Ecologia na Bíblia. p. 61-65

^{3[3]} Schaeffer, F. A. Poluição e a Morte do Homem. p. 71-79

que isso possa significar renúncia e até prejuízo pessoal. Mas também só ele pode dizimar, destruir e pôr em perigo todo o ecossistema. Como ser ético pode carregar o destino do sistema Terra.^{4[4]}

O ser humano vive eticamente quando renuncia estar sobre os outros para estar junto com os outros. Quando se faz capaz de entender as exigências do equilíbrio ecológico, dos seres humanos com a natureza e dos seres humanos com os outros seres humanos, e quando, em nome do equilíbrio, impõe limites a seus próprios desejos. Ele não é apenas um ser de desejos. Somente o desejo torna-o egoísta. Ele é muito mais, pois é também um ser de solidariedade e de comunhão. Quando assume a “função/vocação” de administrador responsável, de anjo da guarda e de zelador da criação, então ele vive a dimensão ética inscrita em seu ser.^{5[5]}

IV - A responsabilidade ecológica da Igreja

A responsabilidade ecológica da Igreja é garantir que a vontade de Deus seja ouvida, entendida e estabelecida. O texto (que usamos há pouco) de Carlos Mesters falando do projeto de Deus para o ser humano e para o mundo criado, desafia-nos, por exemplo, a pensar numa ação e numa ética cristã que impliquem em relacionamentos em dominação, na recuperação da fertilidade da terra, num trabalho que não é instrumento de opressão, na restauração da harmonia entre os animais (leia-se, fauna e flora) e o homem e também (e isto é o princípio desencadeador de todos os outros!) na construção de uma nova história onde Deus e os homens são amigos.

Como vemos, o entendimento e a responsabilidade ética da Igreja para a questão da ecologia não pode se limitar apenas na proteção da fauna, da flora e dos ecossistemas, mas deve visar a superação teológica e cultural da dicotomia entre o homem e natureza (“antropocentrismo arrogante”), de modo que haja uma consciência ecológica, ética e cristã de que o ser humano é parte da fauna e está inserido na criação como parte dela, com privilégios e também com as responsabilidades inerentes desses privilégios. Evitando assim “tanto a desumanização do super-homem moderno, fechado na própria subjetividade, dominador dos mais fracos e destruidor do meio ambiente, quanto a desumanização implicada na mera adaptação do ser humano aos mecanismos impessoais da evolução cósmica” (11)

A ética cristã deve tratar o ser humano e a cultura do homem como parte de sua preocupação ecológica também. Não podemos ter uma visão e um pensamento ético que não considerem o ser humano e seu contexto social e cultural dentro do contexto maior e como parte do meio ambiente. Ou seja, tão justa quanto a preocupação com preservação de espécies como tartaruga-pente ou

^{4[4]} Dyke, F. V. A criação redimida. p. 79-85

mico-leão-dourado ou jacaré do papo amarelo, deve ser também a preservação da espécie humana. Embora na teoria tudo esteja interligado, muitas vezes na prática, o homem, particularmente o pobre, sem-terra, sem-teto, sem-trabalho, vítima da fome, da guerra, etc... não tem sido encarado pela ética cristã inserido dentro de um contexto ecológico no sentido de que sua espécie é não apenas a que maior dano causa ao meio ambiente mas também a que também sofre esses danos. É importante que haja preocupação com a preservação também de sua vida, e da qualidade de vida. Não apenas com sua sobrevivência, com seu cativo na miséria e abandono. É importante propugnar por políticas públicas que lhe possibilitem moradia, trabalho, subsistência.

A ética cristã deve, com toda certeza, promover ações que protejam os ecossistemas naturais, a vida silvestre, o uso racional das reservas naturais, controle rigoroso da poluição (industrial, a feita pelos veículos, sonora, visual, etc), reciclagem do lixo e materiais, combate às queimadas, combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos, melhoria no ambiente urbano (moradia, trabalho, alimentação, transporte, saneamento básico, jardinização, lazer), melhoria no ambiente rural (reforma-agrária e condições sanitárias, por exemplo). Mas, evidentemente, a realização de todo esse programa de mudanças na produção e na organização social não poderá ser concretizado sem a conscientização da população, sem mudanças de mentalidade, mudanças profundas na autocompreensão do ser humano com o meio ambiente (12) e sem uma grande mudança em nossos valores e em nossa cultura. Nas palavras de João Paulo II vivemos numa cultura que cultua a morte e banaliza a vida. Mas a ética cristã para a ecologia tem de defender uma coisa maior e que às vezes não parece inserida também na preocupação ecológica: relações justas e solidárias que humanizam cada vez mais os chamados “seres humanos”. É justamente a desumanização que levamos a relações opressoras com o próximo, com a natureza e conosco mesmo.

Miséria, machismo e racismo, por exemplo, não devem ser vistos apenas religiosamente como pecado ou socialmente como situações de relações opressoras. Devem ser vistos também eticamente como causa a ser superada, como situação de agressão à vida coletiva, à “fauna” humana, ao meio ambiente.

Embora para nós cristãos a fé cristã não se reduza apenas a uma ética, entendemos que ela tem a exigência de uma ética, de um comportamento ético. Por isso a tarefa de evangelização confiada por Deus à Igreja implica também na vivência, no anúncio e num desafio de uma ética para o mundo. Esta “evangelização ética” (evangelização promotora da ética cristã) condena o mundo em suas relações opressoras e destrutivas, propondo o estabelecimento de relações de misericórdia, justiça,

⁵¹ Boff, L. Ecologia, mundialização, espiritualidade. p. 34-36

solidariedade e paz. De modo que, se o pecado humano envolveu toda a criação num caos e em desarmonia, a ética cristã deve ser praticada de modo também a alcançar relacionamentos misericordiosos, justos, pacíficos e solidários com toda a criação, restabelecendo a harmonia, a amizade e a cooperação. Isso implica em mudança de valores, em mudança na cultura. Portanto, mais que diagnosticar a necessidade da proteção ambiental é necessário o prognóstico da mudança sócio-cultural, e tanto quanto refletir, é fundamental uma ação ampla. A “evangelização ética” além de alcançar os indivíduos, deve também “evangelizar eticamente” as instituições e estruturas sociais e a cultura, ou melhor dizendo, as diferentes culturas.

“Evangelização ética” no sentido em que estamos usando neste texto implica e revela a responsabilidade e a participação ecológica da igreja. Mas o que vem a ser de fato uma “evangelização ética”? É aquilo que se convencionou chamar de “evangelização integral”, ou seja, “permanente compromisso com o bem-estar da pessoa total, não só espiritual, mas também seus aspectos sociais” (13), no combate permanente aos problemas sociais que oprimem pessoas, povos e as sociedades, “denunciando as causas sociais, políticas, econômicas e morais que determinam a miséria e a exploração e anunciando a libertação que o Evangelho de Jesus oferece às vítimas da opressão” (14). Esta compreensão abrangente da salvação faz com que os cristãos se comprometam com as lutas que visam a eliminar a pobreza, a exploração e toda forma de discriminação” (15) . Evangelização integral é a que compreende a Missão de Deus no mundo e na história acontecendo na promoção da vida. E “para que haja vida, são necessários comunhão e reconciliação com Deus e o próximo, direito à terra, habitação, alimentação, valorização da família e dos marginalizados da família, saúde, educação, lazer, participação na vida comunitária, política, artística e preservação da natureza” (16), “humanização do trabalho, melhor distribuição da riqueza, organização e proteção do trabalhador, segurança, valorização, oportunidade para todos de salários e empregos” (17).

A Evangelização integral e “ética”, é a melhor proposta de ética ligada à ecologia e à qualquer outra área da ação humana ou para orientar a participação humana na história e na ecologia. Até porque ao falarmos de evangelização ética e integral implica uma contribuição teológica para a construção de uma ética cristã protestante construída encima de pelo menos 5 fontes pelos quais podemos conhecer e perceber a revelação da vontade de Deus, a saber:

- a) A Bíblia - a maior fonte de conhecimento e autoridade: única regra de fé e prática” (18)
- b) A experiência pessoal com Deus – a leitura da Bíblia deve nos levar à experiência pessoal com Deus, ao mesmo tempo em que a experiência de fé leva o crente a uma outra leitura das Escrituras. Sentir a presença de Deus e estar em comunhão com ele nos livra de uma

fé cognitiva/racionalista e nos proporciona conhecer a vontade divina e receber o poder para realizá-la. (19)

- c) A razão – o uso da razão significa aceitar uma das grandes dádivas de Deus. Deus espera que amemos, mas espera também que sejamos capazes de pensar, escolher, de ser lógicos.(20)
- d) A tradição – Os ensinamentos da Igreja, como o Credo Apostólico e as decisões dos Concílios Gerais da Igreja, são parâmetros importantes para o conhecimento de Deus revelado nas Escrituras, pela experiência pessoal e pela razão.(21)
- e) A criação – Na criação está a expressão da presença, da sabedoria, do poder e do cuidado amoroso de Deus. Podemos conhecer também a vontade de Deus para a vida humana e de toda criação. (22)

De modo que, concluindo, podemos dizer que a responsabilidade ecológica da Igreja de fato é sua participação na Missão de Deus com a prática de um evangelho integral. “A Missão de Deus no mundo é estabelecer o seu Reino. Participar da construção do Reino de Deus em nosso mundo, pelo Espírito Santo, constitui-se na tarefa evangelizante da Igreja” (23).

CITAÇÕES

- (1). LAGO, Antônio e José Augusto Pádua. O que é ecologia. São Paulo, Abril Cultural/Brasiliense, 1985, p. 13.
- (2) Idem, p. 14.
- (3). Idem, p. 36.
- (4). Idem, p. 15.
- (5). Idem, p. 23.
- (6). Idem, p. 29.
- (7) KLAIBER, Walter e Manfred Marquardt. Viver a Graça de Deus. São Paulo, Editeo/Editora Cedro, 1999, p. 427.
- (8) LAGO, Antônio e José Augusto Pádua. O que é ecologia. São Paulo, Abril Cultural/Brasiliense, 1985, p. 34
- (9) MESTERS, Carlos. Paraíso Terrestre – saudade ou esperança?. Petrópolis, Vozes, 1983, p.p. 33-39.
- (10) Idem, p.p. 44-46.
- (11) RUBIO, Alfonso García. Unidade na Pluralidade. São Paulo, Paulinas, 1989, p. 461.
- (12) Idem, p. 461.
- (13) Cânones da Igreja Metodista. Documento para a Vida e Missão da Igreja. São Paulo, Editora Cedro, 2001, p. 75.
- (14) Idem, p. 75.
- (15) Idem, p. 75.
- (16) Idem, p. 86.
- (17) Idem, p. 86.
- (18) Revista Em Marcha. Metodismo: origem e desenvolvimento. São Paulo, Editora Cedro, 2º Quadrimestre de 1999, p. 44.
- (19) Idem, p. 48.
- (20) Idem, p.p. 54-55.
- (21) Idem, p. 56.
- (22) Idem, p. 60.
- (23) Cânones da Igreja Metodista. Documento para a Vida e Missão da Igreja. São Paulo, Editora Cedro, 2001, p. 78.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOFF, Leonardo. Ecologia, mundialização, espiritualidade. A emergência de um novo paradigma. São Paulo: Ática, 1993.

- DIKE, Fred Van; MAHAN, David C.; SELDON, Joseph K. e BRAND, Raymond H. A criação Redimida. Trad.: Jonatas Gordon Silva. São Paulo: Cultura Cristã. 1999.
- FERREIRA, Damy. Ecologia na Bíblia. Rio de Janeiro: JUERP, 1992
- KIRCHNER, Luis. Ecologia à luz da Bíblia e da moral. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1994.
- SCHAEFFER, Francis A. Poluição e a morte do homem. Trad.: Darci e Nancy Dusilek, Rio de Janeiro: JUERP, 1976.
- SOUZA FILHO, João A. Ecologia à luz da Bíblia. São Paulo: Vida, 1992
- OLIVEIRA FILHO, João A. Meio ambiente e missão. Revista Mosaico. Ano 10 nº 25 - Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, abril/junho 2002
- CÂNONES DA IGREJA METODISTA. Documento para a Vida e Missão da Igreja. São Paulo, Editora Cedro, 2001, p. 78.
- KLAIBER, Walter e Manfred Marquardt. Viver a Graça de Deus. São Paulo, Editeo/Editora Cedro, 1999, p. 427.
- LAGO, Antônio e José Augusto Pádua. O que é ecologia. São Paulo, Abril Cultural/Brasiliense, 1985, p. 13.
- MESTERS, Carlos. Paraíso Terrestre – saudade ou esperança?. Petrópolis, Vozes, 1983, p.p. 33-39.
- Revista Em Marcha. Metodismo: origem e desenvolvimento. São Paulo, Editora Cedro, 2º Quadrimestre de 1999, p. 44.
- RUBIO, Alfonso García. Unidade na Pluralidade. São Paulo, Paulinas, 1989, p. 461.
-